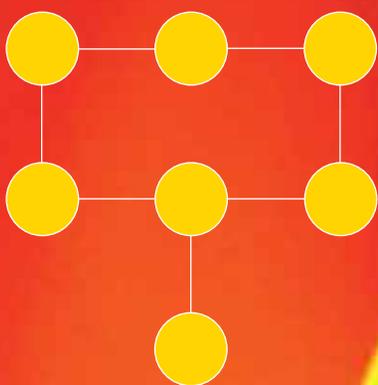
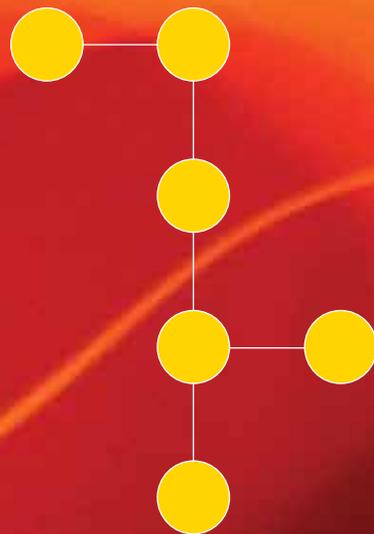
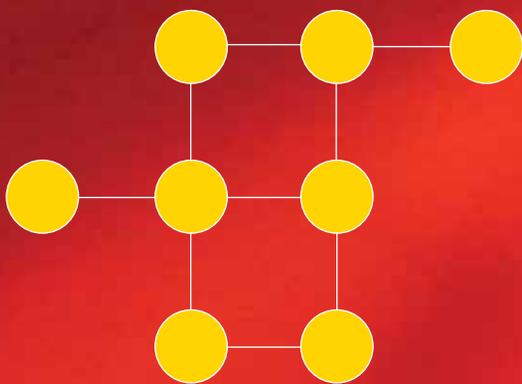


MARIA CRISTINA CASTILHO COSTA
é professora
do Departamento
de Comunicações
e Artes da ECA-USP.



***NO QUE VOCÊ ESTÁ
PENSANDO?***

– REDES SOCIAIS

E SOCIEDADE

CONTEMPORÂNEA

Maria Cristina Castilho Costa

RESUMO

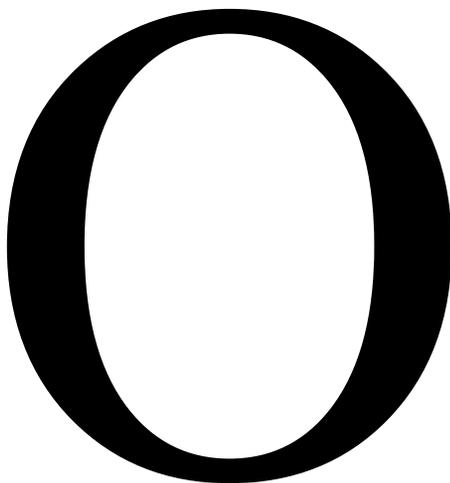
A partir do filme *A Rede Social*, de David Fincher, inspirado na história da criação do Facebook, o artigo analisa o sucesso alcançado por esse empreendimento, não como resultado da inteligência e oportunismo de seu fundador, Mark Zuckerberg, mas pela maneira como proporciona aos usuários experiências que convergem com a sociedade contemporânea, marcada pelo neoliberalismo e a globalização. O texto estuda as redes sociais à luz das teorias da comunicação, expondo suas particularidades, como não linearidade, multidirecionalidade e conectividade e, embora reconheça a importância de se pertencer às redes sociais na sociedade atual, explora as contradições, os interesses e as ambiguidades que as cercam.

Palavras-chave: Facebook, Mark Zuckerberg, sociedade contemporânea.

ABSTRACT

Based on the movie The Social Network, directed by David Fincher, which portrays the founding of social networking website Facebook, the article analyzes the success it has achieved not as a result of the intelligence and opportunism of Mark Zuckerberg, its founder, but the ways by which it provides users experiences which go hand in hand with contemporary society, marked by neoliberalism and globalization. The text studies social networks in the light of communication theories, and exposes its main features, such as non-linearity, multidirectional flows and connectivity. Although it recognizes the importance of being part of social networks in current society, it explores its contradictions, interests and ambiguities.

Keywords: Facebook, Mark Zuckerberg, contemporary society.



filme *A Rede Social* – dirigido por David Fincher – foi indicado para o Oscar de melhor filme, em 2010, recebendo os prêmios de melhor roteiro adaptado, melhor edição e melhor trilha sonora. Em outros festivais importantes foi igualmente indicado para o prêmio máximo – foi melhor filme no Golden Global Awards, levando ainda os prêmios de melhor roteiro e direção. Trata-se da adaptação do livro *The Accidental Billionaires*, escrito por Ben Mezrich, que narra a história do Facebook, considerado a mais bem-sucedida rede de relacionamentos por computador. O protagonista é Mark Elliot

Zuckerberg, estrelado por Jesse Eisenberg, aluno de Harvard pouco sociável, mas com uma inteligência tão grande quanto seu senso de oportunidade.

O filme – meio documentário, meio ficção – começa com as dificuldades do “mocinho” em se relacionar com a namorada, que, provavelmente por sua falta de jeito, acaba rompendo a relação deixando-o a “ver navios”. Como uma espécie de vingança, conforme sugere o roteiro, Zuckerberg, auxiliado por seus colegas de quarto, resolve entrar nos arquivos eletrônicos da universidade, copiar informações dos alunos e alunas e com elas organizar um concurso virtual de preferência, publicado na Internet. O ano é 2003, e a iniciativa se revela um sucesso, a ponto de provocar colossal congestionamento de acessos à página, causando uma pane no sistema informacional de Harvard, pelo que Zuckerberg chega a ser punido. Projetada para se limitar aos alunos da universidade, a página se expande para universidades próximas e, finalmente, para fora do estado e do país. Acompanhando a nova onda, estudantes começam a pedir a inclusão de suas informações no sistema, uma vez que para se registrar os interessados necessitavam de um convite dos que já faziam parte do grupo.

O invento coloca Zuckerberg em evidência, e outros alunos interessados nesse tipo de “intervenção criativa” começam a disputar a amizade e a parceria do genial estudante. Durante o resto do filme, os espectadores acompanham o vaivém, nem sempre muito ético, de Zuckerberg, que o leva ao sucesso empresarial – a criação da mais promissora rede de relacionamento virtual do planeta e, na atualidade, uma das cinco empresas mais valorizadas do mundo. O filme termina com processos e inimizades, algazarras noturnas, invejas e ressentimentos, além da frustração de Zuckerberg por não ter conquistado a garota de seus sonhos, apesar de todo o sucesso social e empresarial.

Aclamado pela crítica e bem-sucedido nas bilheterias mundiais, o filme procura mostrar que a maior rede de relacionamento do mundo resultou de ressentimentos, de atitudes não muito ortodoxas, de ambições juvenis e de uma forma muito engenhosa de lidar com as novas tecnologias. Zuckerberg é uma espécie de anti-herói, que deixa dúvidas sobre suas intenções e princípios, assim como o negócio que ele chefia também é suspeito de mobilizar motivações não muito gloriosas. O filme termina de forma lacônica, lançando críticas sobre a legitimidade, o interesse social e as ações que permite a rede. Afinal, sua organização comercial, assim como o uso que dela fazem os personagens do filme, mostra que ela mais promove discórdia do que encontros, desperta mais sentimentos de inveja e desconfiança do que de prazer e de democrática convivência.

Mas há um importante personagem que fica de fora de toda essa trama envolvendo essa espécie de “grêmio estudantil” retratado no filme: é o usuário que efetivamente transformou as possibilidades de contato através de computadores em uma nova forma de estabelecer identidade e relações. Quem era ele e que necessidades o Facebook veio satisfazer, tornando-se quase

Zuckerberg,
criador do
Facebook;
cartaz e cena do
filme baseado
em sua vida



uma mania que se alastra velozmente pelo planeta, com raras exceções representadas por países excessivamente controlados pela censura ou indiferentes a essa nova forma de relacionamento social? O que contribuiu para que Zuckerberg se tornasse o mais jovem bilionário norte-americano e sua vida se fizesse lenda nas produções da cinematografia contemporânea? É isso que esperamos que este artigo venha responder. Tentaremos contar aquilo que o filme esconde, parecendo resumir-se a uma história de acasos que poderia ter acontecido com qualquer um, desde que conhecedor de programas, arrojado, sem muitos escrúpulos e frustrado em seus relacionamentos face a face. Será mesmo?

COMUNICAÇÃO, REDES E CULTURA WEB

A ideia da rede nos processos de comunicação não é recente. Desde a invenção da

escrita, a cultura humana tem convivido com a certeza de autonomia das mensagens que passaram a se reproduzir e a alcançar mais leitores num lastro cada vez maior de tempo e espaço. Mas, desde a criação da escrita até o recente desenvolvimento das redes de televisão – por milênios, portanto –, o fluxo das mensagens foi abrindo trilhas que iam das fontes até os receptores finais. Os meios de comunicação, desde as tabuinhas de cerâmica utilizadas na Antiguidade, passando pelos papiros e, finalmente, pelo papel, cada vez mais ajudavam o acúmulo de informação e o trânsito por essas trilhas que se tornavam cada dia mais complexas. Seguindo o princípio da distribuição geográfica, essas redes assumiam uma arquitetura *radicular*, semelhante ao desenho da raiz de uma árvore, com um ponto central emissor e ramificações se dispersando por nós e embocaduras. Esse desenho centralizado estabelece uma forte hierarquização da rede, privilegiando o centro emissor e estabelecendo uma sig-

nificativa dependência em relação ao meio onde se instala – a comunicação é tão mais rápida e fiel quanto mais próximo o receptor está da fonte. Assim se formaram as redes de telégrafos, de rádio e de televisão.

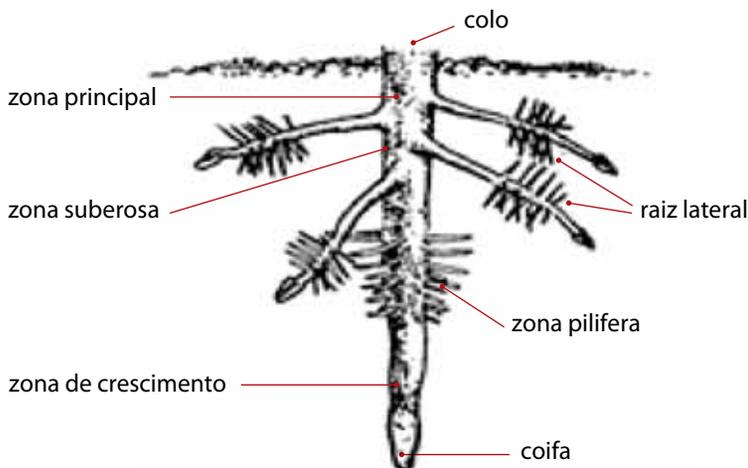
As redes de comunicação, por onde trafegam não só mensagens, mas também produtos e pessoas, à medida que se multiplicaram, passaram a exibir sua fragilidade, especialmente naquelas situações em que o controle das informações se tornou tão importante quanto a agilidade e rapidez na distribuição das mensagens. Exemplos de evidente fragilidade foram as redes de espionagem criadas durante a Guerra Fria, quando a queda de um informante colocava em xeque todo o sistema de informação. Essa vulnerabilidade levou o engenheiro polonês Paul Baran, na década de 1960, a propor à Força Aérea norte-americana um protótipo revolucionário para as redes de comunicação – uma trama flexível, multidirecional e descentralizada por onde se partilhasse informação de forma não hierarquizada –, uma rede de desenho *rizomático*. Com base nessas orientações, foi criada a primeira rede por computadores, por Joseph Licklider, do Escritório de Tecnologia de Processamento de Informações

(IPTO). A partir de então e nas duas décadas seguintes as redes nesse novo desenho se multiplicaram pelo mundo criando efetivamente uma malha mundial de comunicação. “O resultado foi uma arquitetura de rede que, como queriam seus inventores, não pode ser controlada a partir de nenhum centro e é composta por milhares de redes de computadores autônomos com inúmeras maneiras de conexão, contornando barreiras eletrônicas” (Castells, 1999, p. 26).

Na década de 1990, entretanto, com a criação da World Wide Web, essa rede passou a ser acessível ao cidadão comum através de políticas de provimento e partilhamento de informações. Mas foi o fim da Guerra Fria, com o desmantelamento da União Soviética, que permitiu que se estabelecesse na rede mundial de computadores um processo de comunicação globalizado, modificando toda a estrutura produtiva mundial e dando início ao que chamamos de capitalismo pós-industrial ou informacional. Foi a convergência entre transformações políticas e possibilidades tecnológicas que criou o processo de globalização da produção material e simbólica que caracterizou a sociedade contemporânea. Isso significou a troca de informações

FIGURA 1

ESQUEMA DE UMA RAIZ, METÁFORA DAS REDES DE COMUNICAÇÃO RADICULARES



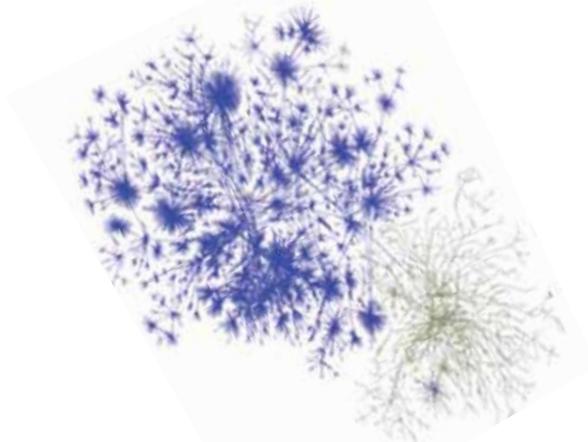
instantâneas entre todos os nós dessa imensa rede de computadores, assim como a maximização dos lucros da produção industrial, que passou a contar livremente com recrutamento de mão de obra, produção colaborativa, distribuição expandida e investimento de capitais em nível internacional. Essa economia aberta elegeu o mercado mundial como o poder hegemônico dessas trocas, que romperam com os limites territoriais, nacionais e empresariais. O modelo político que estabeleceu as regras dessa nova forma de produzir e comunicar em escala global, prevendo o livre mercado e o livre trânsito de mensagens e bens para além das fronteiras nacionais, chamou-se neoliberalismo.

As transformações que se operaram em cada país, em cada setor da economia, em todas as empresas e na vida cotidiana das pessoas mostram que se tratou de um processo de globalização industrial, de uma revolução produtiva e tecnológica cujos efeitos se reproduzem em cascata. Bill Gates, outro personagem importante da revolução digital, criador da Microsoft e do sistema Windows, chama essa nova maneira de fazermos e sermos no mundo informatizado de um *estilo de vida web* (Gates, 1999, p. 121).

Foi em meio a essa revolução que nasceu e cresceu Mark Zuckerberg nos Estados Unidos, no estado de Nova York, em um subúrbio de classe média alta, em 14 de maio de 1984. Como tantos outros de sua geração, começou a lidar com computadores ainda no ensino médio, sendo sua primeira façanha a instalação de um sistema de troca de informações em rede entre sua casa e o consultório odontológico de seu pai. Nessa época, quando tinha apenas 14 anos, 40 milhões de norte-americanos já eram usuários da Internet, gastando mais de três horas diárias conectados, cerca de nove dias por mês. A geração desse jovem estava criando uma *cultura web* envolvendo relações pessoais, atividades comerciais, entretenimento, vida pessoal, valores e a consciência que se passou a ter de tudo isso. No centro da revolução informática, Zuckerberg cresceu pensando a realidade sob novos parâmetros e referências e até mesmo sob nova noção de tempo e espaço. Essa mudança de mentalidade ou visão de mundo, que inclui retraimento e aceleração em todos os campos da ação humana, provocada pela comunicação em rede, Pierre Levy (2001, p. 41) denomina de *metamorfoses da consciência*.

FIGURA 2

ESQUEMA DE UM RIZOMA, METÁFORA DAS REDES DE COMUNICAÇÃO POR COMPUTADOR



Fonte: http://meta-morfoses.blogspot.com/2007_06_01_archive.html.

LIBERDADE DE MERCADO OU QUANTIDADE DE CLICKS

Durante a Guerra Fria, dois modelos político-econômicos disputaram a hegemonia mundial – o capitalismo norte-americano e o estatismo soviético. O primeiro defendia a propriedade, a empresa privada, a liberdade de mercado e a pouca intervenção do Estado na economia nacional, enquanto o segundo lutava pelo planejamento público e estatal das nações, por uma produção coletivizada e pela oposição à propriedade privada. A derrocada soviética significou a falência do modelo estatal coletivista e a difusão do modelo neoliberal norte-americano pelo mundo, com diferentes graus de resistência de países dos quatro continentes.

Além do dogma da liberdade de mercado, ou seja, da livre oferta de matérias-primas, mão de obra, produtos, moedas, investimentos e capitais em busca de maior lucratividade e acima dos protecionismos nacionais ou empresariais, o neoliberalismo também defende uma nova gestão administrativa do Estado, com a redução drástica de suas funções sociais, como educação, saúde, segurança e moradia. Provendo uma administração pública nesses moldes, o Estado reduz o dispêndio de seus recursos, promovendo um desejado superávit e garantindo os lucros do capital nacional e estrangeiro. Sim, pois, apesar da globalização, ainda é plenamente distinguível a origem do capital que percorre as bolsas de valores em todo o mundo.

As repercussões da adoção desse modelo de forma diversa, mas unânime, em quase todo o mundo, têm sido sobejamente estudadas pelas ciências humanas e sociais, seja para a defesa e adesão dos globalistas, seja para a crítica ácida dos nacionalistas. Passamos a viver num mundo de Estado encolhido, ou *mínimo*, como se usa dizer, com funções muito mais gerenciais do que de intervenção e proteção social.

Siva Vaidhyanathan (2011, p. 54), autor de *A Googlelização de Tudo*, sustenta que,

após 1980, com o colapso das economias do Leste Europeu, tornou-se impossível rejeitar a hegemonia do mercado, uma vez que este prosperava a olhos vistos, enquanto o modelo estatizante dava provas de ineficiência e fragilidade. No entanto, como lembra o autor, o neoliberalismo, hoje, se tornou muito mais uma questão de fé, uma vez que o Estado, mesmo nos países mais liberais, por diversas vezes, intervém em socorro das empresas privadas em crise. Assim, Estado mínimo significa, antes de qualquer coisa, um Estado que não busca se envolver na assistência à população em geral, como o faz com as instituições industriais e financeiras.

De qualquer maneira, sob a égide do neoliberalismo, assistimos à defesa de um poder político economicista, para o qual mais importante do que assegurar a qualidade de vida está em fazê-lo a baixo custo. Pensar que isso é possível é, para o autor, uma questão de fé. Mas essa crença na liberdade de mercado é que rege o princípio segundo o qual as trocas tendem a igualar aquilo que se troca – são elas que legitimam a equidade entre produtos e as diferenças que acabam se resumindo a dados quantitativos: quantos quilômetros por hora, quantos acessos, quantos *gigabytes*, quantos *air bags*, quantas calorias, quantos anos de garantia e assim por diante. Essa matemática, que encobre as reais diferenças entre mercados, produtos e consumidores, e que caracteriza o neoliberalismo e a liberdade de mercado, foi a mesma lógica utilizada por Mark Zuckerberg na primeira experiência de criação de um programa de registro musical que “aprendia” o que o consumidor gostava de ouvir – a quantidade de vezes que o usuário escolhia uma música se convertia em *escore*, que, por sua vez, construía uma lista classificatória de títulos musicais. É a mesma lógica matemática aplicada à sua primeira experiência em Harvard, quando solicitou ao usuário que elegeesse a fotografia mais “quente” do catálogo de alunos exposto na página à sua frente. Escolher a fotografia ou a música num repertório equivale à cotação de um produto em um dado mercado de trocas, no qual os produtos concorrem

disputando consumidores. É substituir as características distintivas daquilo que se compra pela medida de sucesso, de demanda, de desejo, que se homogeneízam por meio de *clicks*. Como reconhece Vaidhyathan, da mesma forma, sistemas de busca como o Google hierarquizam *sites* e produtos unicamente a partir do quesito *popularidade*. Número de cliques, de pedidos, de solicitações equivale, nesse universo das redes, à qualidade. Entre as tendências principais desses sistemas estão: “[...] valorizar mais a popularidade que a exatidão, dar preferência aos *sites* já estabelecidos, em detrimento dos novos, fazer classificações toscas, rejeitando modelos mais flexíveis e multidirecionais” (Vaidhyathan, 2011, p. 21).

Claro está que a hegemonia de um pensamento voltado para o desempenho mensurável em números, dígitos, quantidades e *clicks* altera nosso senso de avaliação, de comparação, de distinção, ajudando a apagar fronteiras importantes que dividem áreas, coisas e seres. O incômodo que isso traz aos apreciadores das comparações qualitativas talvez tenha sido uma das razões para, apesar do sucesso alcançado com o lançamento do Facebook, Mark Zuckerberg ser acusado de diversos crimes, como quebrar o sistema de segurança da instituição, violar direitos autorais e invadir privacidades. Por trás dessas acusações estão, seguramente, também, a de mercantilização das relações humanas e de exposição dos indivíduos a uma espécie de leilão público. Essas questões éticas e morais acompanham até hoje a expansão da Internet e dos diversos programas que ela oferece.

REDES SOCIAIS, NACIONALISMO E GLOBALIZAÇÃO

Não são poucos os autores que questionam a efetividade econômica e política da globalização e do neoliberalismo. Eric Hobsbawm é um deles. Denunciando o que chamou de “fundamentalismo do livre mercado” (Hobsbawm, 2009, p. 69), argumenta que hoje há mais limitações para a concorrência

na contratação da mão de obra do que no início do século passado, na medida em que quase todos os países restringem, de alguma forma, a imigração. Há também diversas medidas protecionistas que continuam defendendo a produção e os produtos nacionais. Diz o autor que a história nos mostra, de forma irrefutável, que o desenvolvimento capitalista só se processa com algum tipo de nacionalismo econômico, e assegura que a crença na autonomia e independência do mercado se vê continuamente desmentida pelos fatos. Diz ele: “Não podemos esquecer que foi apenas graças à intervenção do governo americano e do Federal Reserve que o Long Term Investment Fund foi salvo e, com ele, a estabilidade do sistema financeiro americano” (Hobsbawm, 2009, p. 71).

Vaidhyathan também argumenta que as instituições públicas são chamadas continuamente para colocar ordem onde o setor privado não teve sucesso. Afirma: “Os mercados falham quando não conseguem se organizar para prover um bem público essencial, como a educação, ou carecem de incentivos para evitar um dano evidente ao público, como a poluição. A falha de mercado é a principal justificativa para intervenção pública” (Vaidhyathan, 2011, p. 55).

Outros autores lembram também que os estados nacionais são uma realidade inquestionável e que toda a humanidade se organiza em uma centena de países, mais do que há cem anos, quando umas poucas nações dividiam continentes. Anthony Giddens reconhece que o Estado-nação teve seu poder diminuído pelo neoliberalismo dominante, mas considera que, no século XXI, ele continua a ser a força política mais importante. “Atualmente todos os países do mundo são estados-nação ou aspiram a sê-lo – o Estado-nação tornou-se uma forma política universal” (Giddens, 2009, p. 450).

Diante dessas contestações, somos obrigados a reconhecer que a globalização é muito mais financeira e ideológica do que política, ou seja, que se expressa predominantemente nas comunicações, no consumo, na produção simbólica, do que na organização da vida po-

GRÁFICO GERADO PELA CONECTIVIDADE DAS REDES SOCIAIS, MOSTRANDO A REDE DE RELAÇÕES ESTABELECIDAS PELOS USUÁRIOS.



lítica; mais nas desterritorializações da vida cotidiana do que nas especificidades legais e jurídicas a que os cidadãos estão sujeitos. Sentir-se cidadão do mundo, portanto, tem mais a ver com a participação de sujeitos em redes de comunicação do que com uma efetiva liberdade de atravessar fronteiras e de escolher onde trabalhar, viver ou morar.

Da mesma forma e de maneira complementar, o neoliberalismo também se manifesta mais como ideologia do que como realidade, mais como crença do que como constatação, e as crises do capitalismo têm dado provas de que, sem o socorro do Estado, dos recursos públicos e da ação política, as empresas estariam tornando inviável o capitalismo global. Mas, nas comunicações, na Internet e no consumo, é o mundo privado que predomina, assim como a esperança, o desejo e até a fantasia da liberdade, da ausência de raízes, da cidadania global e planetária.

As ideias que aqui desenvolvemos e defendemos procuram mostrar que o Facebook não foi obra do acaso, nem da inteligência precoce de um jovem, muito menos de seus desgostos amorosos. O programa resultou das tendências de uma época que, tendo visto falhar a

utopia da economia coletivizada, começa a ver ruir também a da liberdade de mercado e da sociedade globalizada. Tentaremos mostrar que a comunicação planetária é a realização possível dos sonhos de uma aldeia global.

REDES SOCIAIS E MERCANTILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES HUMANAS

Nas ciências sociais, o conceito de rede foi desenvolvido no século XX, quando as transformações sociais, muitas das quais apontadas neste artigo, colocaram por terra a noção de sociedade como uma totalidade organizada e estruturada. Autores como Michel Maffesoli (1998), Anthony Giddens (1991) e Zygmunt Bauman (2001) estudaram a sociedade a partir de uma abordagem mais complexa e híbrida, procurando entender as relações sociais contemporâneas como não formais ou não estruturadas. Nessa mesma linha de considerações, uma comissão reuniu-se na Fundação Calouste Gulbenkian, em 1993, sob coordenação de Immanuel Wallerstein, para discutir exatamente as transformações sociais após a

Segunda Guerra Mundial, e a formulação de um novo paradigma para as ciências sociais. As conclusões, publicadas no livro *Para Abrir as Ciências Sociais* (Wallerstein et al., 1996), defendem uma proposta transdisciplinar e não mais pautada na sociedade como uma entidade nacional, estatal e disciplinar. Esse novo modelo pressupõe uma abordagem diversa daquela que consagrou os estudos sociais europeus e que deu lugar ao que os autores chamaram de “universalismo pluralista” (Wallerstein et al., 1996, p. 89). Algumas das proposições podem ser resumidas na proposta de valorizar “[...] a não linearidade em detrimento da linearidade, a complexidade em detrimento da simplificação, a impossibilidade de separar o medidor da medição, e até, [...] a superioridade da dimensão interpretativa e qualitativa sobre uma precisão quantitativa de rigor mais limitado” (Wallerstein et al., 1996, p. 90).

O texto em questão alude à emergência das mídias digitais e da comunicação em rede como um dos fatores responsáveis por essas transformações. A proposta é de que as redes sejam pensadas como objeto e também como metodologia de pesquisa.

Nas ciências da comunicação, sistematizadas a partir do século XX, o conceito de rede social sempre esteve presente como elemento constitutivo da comunicação e da cultura de massas, capaz de esclarecer como uma mensagem transita pelos elos que compõem a rede e chega à totalidade dos envolvidos. As redes pressupõem trânsito, hierarquia e poder – a mensagem é divulgada de acordo com o prescrito pelas regras de acessibilidade, contiguidade e simultaneidade.

O estudo dessas redes, inicialmente as analógicas, levou à formalização de teorias que apontaram para a ameaça representada pelos meios de comunicação massivos, responsáveis pela falta de autonomia e liberdade do público, pelo uso estatal dos veículos de informação e pela ausência de transparência nos mecanismos ideológicos de manipulação coletiva. A teoria crítica desenvolvida pela Escola de Frankfurt, bem como a defendida por autores franceses que, como Jean Bau-

drillard (1995), denunciava a cultura do *simulacro*, ou, como Guy Débord (1997), buscava desvendar a *sociedade do espetáculo*, formaram um exército questionador de como as redes de comunicação agiam sobre a sociedade. Walter Lipmann (2008, p. 215), em obra que procurava denunciar todos os mobilizadores da opinião pública afirma: “[...] a massa é constantemente exposta à sugestão. Ela lê não as notícias, mas as notícias com a aura de sugestão sobre elas, indicando a linha de ação a ser tomada”.

O advento das mídias digitais e da comunicação em rede apenas trouxe mais elementos para essa premissa teórica de que as redes de comunicação contribuem para a opacidade da realidade, ou seja, para encobrir e alienar o público em relação àquilo que pretendem conhecer ou ter acesso. Deixando de lado os teóricos que Umberto Eco chamaria de *integrados*, isto é, otimistas em relação aos benefícios trazidos pelas revoluções tecnológicas, os *apocalípticos*, ou seja, os pessimistas diante da crescente mediação tecnológica das relações humanas, tem-se na rápida e crescente penetração das redes sociais na sociedade um objeto exemplar de estudo da vida contemporânea.

Vaidhyanathan (2011, p. 30) afirma que o Google “é acima de tudo uma empresa de publicidade”. Procura mostrar que, em nome dessa receita de *marketing*, a empresa comete desvios legais e éticos de toda natureza, como escanear livros publicados nos mais diferentes idiomas, editados em diversos países, sem qualquer respeito aos direitos autorais, ou, ainda, vender informações resultantes do uso de seu sistema de buscas a todos os interessados. Para isso estabelece um dos sistemas de vigilância privada mais eficazes do mundo.

Manuel Castells, mesmo reconhecendo o que as mídias digitais representam em termos de aumento da produtividade e concentração de capital no “capitalismo informacional global”, afirma que uma nova divisão social do trabalho se impôs, a partir da qual “a mão de obra está mais desagregada no desempenho e reintegrada no resultado, através de uma multiplicidade de tarefas interconectadas em

diferentes locais” (Castells, 1999, p. 499). Por outro lado, esse novo capitalismo se pauta menos pela economia real (produção material de bens ou riqueza) do que por uma ciranda de investimentos no que ele chamou de “cassino global eletrônico” (Castells, 1999, p. 500).

Bastante crítico em relação às mudanças provocadas pelas mídias digitais e pela globalização na cultura contemporânea, Marc Augé afirma que a nova escala planetária em que nos colocamos hoje dá nova dimensão aos acontecimentos. Em razão disso, “as referências locais são insuficientes, as pessoas são mais individuais [...]”, provocando uma certa “vertigem metafísica”, como ele denomina essa sensação de apequenamento diante da nova dimensão da realidade social. Daí a necessidade cada vez maior do encontro com o outro para que possamos viver o momento mais íntimo, “a relação com nós mesmos, com um olhar, uma paisagem, uma ideia” (Augé, 2011).

Portanto, são as ciências da comunicação que mais profundamente penetram nas questões sociais ligadas às redes sociais, quer do ponto de vista de suas consequências para o modo de produção capitalista, quer em suas repercussões na vida cotidiana e privada dos usuários.

REDE SOCIAL, A METÁFORA DE UMA ÉPOCA

Manuel Castells (1999, p. 498) define as redes de comunicação como conjuntos de nós interconectados, cuja topologia define as distâncias entre os usuários desses nós. O fluxo de informação entre eles, por sua vez, depende de uma hierarquia definida pela arquitetura da rede, que estabelece o trânsito dos dados no tempo e no espaço. São estruturas abertas que podem se expandir de forma ilimitada, desde que os usuários compartilhem os mesmos códigos de comunicação. Por isso, as redes implicam uma política interna, ou seja, uma distribuição de poder.

As redes são criadas para diversas finalidades concretas, como circulação financeira e investimento de capitais, gestão política,

sistemas de comunicação midiática, como rádio e televisão, formação de arquivos e acervos públicos e, também, tráfico de drogas e outras formas de organização social, como rebeliões e ativismo político. Como toda a sociedade se organiza através dessas redes, elas interferem diretamente na atuação e na ação concreta de toda a sociedade.

Mas as chamadas redes sociais são redes especialmente criadas para a sociabilidade, para a interação entre pessoas nelas conectadas. De maneira geral, são programas de comunicação por computadores em que cada usuário se conecta a partir de um convite pessoal, preenchendo cadastro individual pelo qual traça um perfil de gostos, tendências, hábitos e informações pessoais; imagens, parentescos, participação institucional e interesses, que vão de relacionamentos afetivos a jogos e entretenimento. O Facebook, criado por Mark Zuckerberg, é desse tipo e não resultou de sua criatividade excepcional, nem de seu raro senso de oportunidade, mas como expressão inequívoca da mentalidade da sociedade contemporânea – globalizada, individualizada, tecnicista e cada vez mais mediatizada. Se Zuckerberg não a tivesse criado, outros o fariam, como os que inventaram o Orkut e o MySpace, programas concorrentes menos bem-sucedidos, mas na mesma linha de serviços que promovem a interação entre pessoas conectadas.

Cada usuário, ao se conectar a uma rede, ao procurar amigos velhos e novos, ao publicar mensagens, ao defender opiniões, ao compartilhar informações, tem a nítida sensação de estar a seis contatos de qualquer personalidade importante do planeta. Estamos aqui nos referindo à teoria desenvolvida por Stanley Milgran, nos Estados Unidos, a partir de um experimento no qual o cientista fez chegar a Boston cartas enviadas de Nebraska com a condição explícita de que alcançassem seu destino apenas passando de mão em mão. Fim do experimento, Milgran descobriu que cada carta havia passado por, no máximo, seis diferentes mãos, até Boston, o que o fez concluir que cada norte-americano está a seis contatos de distância de qualquer outra pessoa no país

(Cavique, Mendes & Santos, 2011). Estudiosos da globalização generalizam essa suposição, considerando que todos nós estamos a seis cliques, ou relações, de qualquer outra pessoa no planeta. Pesquisas semelhantes têm procurado comprovar ou desmentir essa afirmação, sem resultados conclusivos. Para nós, o importante é que os usuários das redes sociais têm essa impressão ao se conectarem – se tal expectativa é verdadeira ou falsa pouco importa para nosso raciocínio e reflexão.

Além dessa conectividade, os usuários têm o prazer de formar um círculo de relações, de ser ouvidos ou lidos, ou vistos, de obter respostas para seus problemas, dúvidas ou contestações, de encontrar companheiros em suas ideias, por mais extravagantes que sejam, e de encontrar uma saída para um mundo real e concreto cada vez mais distante, cifrado, impessoal, mecanizado e racionalizado. Um mundo em que as dúvidas e clamores pessoais encontram cada vez menos espaço de manifestação.

As transformações a que fizemos referência no decorrer deste ensaio levaram a transformações radicais na vida cotidiana, na sociedade, nas expectativas de realização pessoal, nas relações interpessoais, no cenário das cidades e das metrópoles. As pessoas comuns se sentem cada vez mais indefesas diante de um mundo que se agiganta e que desfaz os cenários tradicionais, apagando as referências e volatilizando as identidades pessoais e coletivas. É nesse contexto que a conexão em rede parece suprir simbolicamente o que lhes é tirado, permitindo a construção da identidade, o reforço da individualidade, a ilusão de proximidade e o convívio com o outro numa construção de novas formas de existência comunitária.

Se tais experiências são ou não estimuladas por interesses comerciais e financeiros, isso pouco importa para o usuário, que pode, por meio de alguns cliques, encontrar nas mensagens postadas em rede as respostas para suas angústias, para suas inseguranças e para seus questionamentos. E, por outro lado, é inquestionável que, para satisfazer essas novas necessidades de convívio e relacionamento, os usuários das redes sociais acabam por promo-

ver transformações radicais na infraestrutura produtiva – digitalizar, postar, compartilhar, difundir –, utilizando para isso os equipamentos cotidianos de comunicação como o telefone celular, a máquina fotográfica, o *tablet* ou o *notebook*, uma prática comum que vem alterando definitivamente as formas de produção e consumo simbólico. Essas transformações vêm sendo apoiadas pelo conflito permanente entre a liberdade do *hacker* que invade os sistemas existentes, como Zuckerberg fez em Harvard, e o desejo dos grandes conglomerados industriais e de mídia de se apropriarem dos conteúdos. Nesse jogo de empurra-empurra, por vezes, as empresas ganham espaço e lucram, enquanto, em outras ocasiões, os invasores conseguem garantir o livre uso de programas em ações colaborativas, como a que criou o sistema operacional gratuito Linux. Nesse cenário, liberar ou regulamentar, defender direitos autorais ou compartilhar, respeitar oligopólios ou criar comunidades são, no momento, as diferentes tendências que se apresentam para o ciberespaço.

Mas, se existe alguma chance de os usuários comuns terem uma ação significativa nessa batalha, isso é resultado, basicamente, da criação das redes sociais, que permitiram que os internautas pudessem sair dos longos corredores de portais para as práticas colaborativas, os diálogos e as negociações. Levados pela própria realidade estruturada em novas modalidades produtivas, numa busca por espaço de identidade e significação coletiva, os usuários das redes estão mostrando que é possível e significativa a interação que se estabelece na rede e, por meio dela, entre produção simbólica e infraestrutura material. Ao criarem uma nuvem aberta de conexões conduzidas pelo imaginário, pela motivação e pelos interesses pessoais dos usuários, as redes sociais podem não resolver as frustrações dos enamorados renegados, mas criam uma nova forma concreta de sociabilidade que possibilita, nas palavras de Alex Primo (2008, p. 61), a “vivência metafórica de uma época”. Se o filme pretendesse ter o mesmo alcance, deveria ter dado destaque à análise dos estudantes que aderiram à rede criada por Zuckerberg e suas motivações.

BIBLIOGRAFIA

- AUGÉ, Marc. "A Globalização Não Difere da Colonização". Entrevista concedida a Eduardo Febbro, correspondente de *Carta Maior* em Paris, 13/10/2011. Disponível em: <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-globalizacao-nao-difere-da-colonizacao-diz-marc-auge>.
- BOUDRILLARD, Jean. *Para uma Crítica à Economia Política dos Signos*. Lisboa, Ed. 70, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CAVIQUE, Luís; MENDES, Armando; SANTOS, Jorge M. A. *Um Algoritmo para Encontrar a Cobertura de K-cliques em Redes Sociais*, 20/10/2011. Disponível em: www.uac.pt/~amendes/currv/caviqueI009%20pp8.pdf.
- COSTA, Maria Cristina Castilho. "Sociedade Informacional", in *Revista Comunicação & Educação*, 1999.
- _____. "Interatividade: entre Graus de Liberdade e Intencionalidades Narrativas", in *Mídia, Cultura, Comunicação 2*. São Paulo, Arte e Ciência, 2004.
- _____. "O que Aprendi com Educação a Distância", in *Revista Comunicação & Educação*, ano XI, vol. XI, ed. n. 2, mai.-jun./2006.
- _____. "Novos Paradigmas para a Comunicação", in Maria Cristina Castilho Costa (org.). *Gestão da Comunicação – Projetos de Intervenção*. São Paulo, Paulinas, 2009.
- DÉBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo, Perspectiva, 1990.
- FERREIRA, Laila da Costa (org.). *A Sociologia no Horizonte do Século XXI*. São Paulo, Boitempo, 1997
- GATES, Bill. *A Empresa na Velocidade do Pensamento*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999
- GIDDENS, Anthony. *Consequências da Modernidade*. São Paulo, Unesp, 1991.
- _____. "O Governo e a Política", in Anthony Giddens. *Sociologia*. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 2009.
- HOBBSBAWM, Eric. *O Novo Século*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- LÉVY, Pierre. *A Conexão Planetária*. São Paulo, Ed. 34, 2001.
- LIPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Petrópolis, Vozes, 2008.
- MAFFESOLI, Michel. *O Tempo das Tribos*. São Paulo, Forense Universitária, 1998.
- PRETTO, Nelson de Luca; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (orgs.). *Além das Redes de Colaboração*. Salvador, EDUFBA, 2008.
- PRIMO, Alex. "Fases do Desenvolvimento Tecnológico e Suas Implicações nas Formas de Ser, Conhecer, Comunicar e Produzir em Sociedade", in Nelson de Luca Pretto e Sérgio Amadeu da Silveira (orgs.). *Além das Redes de Colaboração*. Salvador, EDUFBA, 2008.
- VAIDHYANATHAN, Siva. *A Googlelização de Tudo – e Por Que Devemos nos Preocupar*. São Paulo, Cultrix, 2011.
- WALLERSTEIN, Immanuel et al. *Para Abrir as Ciências Sociais*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1996.